

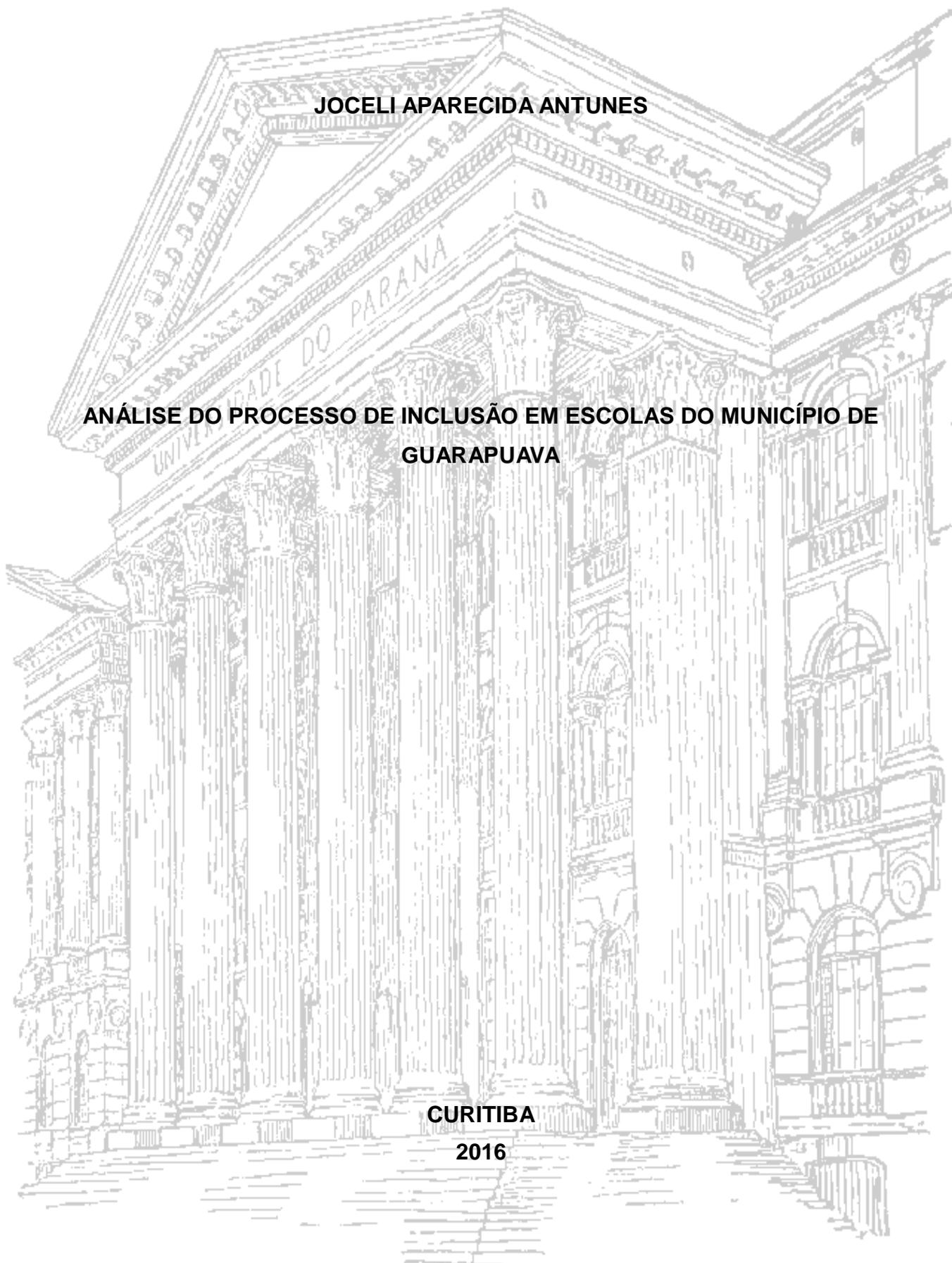
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

JOCELI APARECIDA ANTUNES

**ANÁLISE DO PROCESSO DE INCLUSÃO EM ESCOLAS DO MUNICÍPIO DE
GUARAPUAVA**

CURITIBA

2016



JOCELI APARECIDA ANTUNES

**ANÁLISE DO PROCESSO DE INCLUSÃO EM ESCOLAS DO MUNICÍPIO DE
GUARAPUAVA**

Artigo apresentado como requisito parcial à conclusão do Curso de Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social, do Setor de Educação, da Universidade Federal do Paraná.
Orientadora: Prof^a. Ms Stela Maris Britto Maziero

CURITIBA

2016

RESUMO

A educação especial/inclusiva é historicamente marcada pelo descaso de ações governamentais, sendo tratadas com pouca prioridade. Embora seja reconhecida como direito social há muito que se atinge para alcançar esse fim, buscando espaço na sociedade e adquirindo identidade própria. Nesse sentido este artigo tem como temática a inclusão como direito de todos e dever do estado, tomando como referência o estudo de duas escolas do Município de Guarapuava com resultados de aprendizagem de crianças que frequentam a sala de recursos multifuncional. Trata-se uma pesquisa bibliográfica qualitativa, com levantamento de dados de duas escolas que realizam atendimentos com alunos inclusos e utilização de entrevistas semiestruturadas com funcionários das escolas. Apresentamos a introdução, fundamentação teórica com o histórico do tratamento das pessoas com deficiência até os dias atuais, com o objetivo de entender como o processo de inclusão se solidifica na sociedade. Além disso, a Revisão de Literatura descreve e diferencia processos de integração e inclusão de modo a situar as especificidades de cada um desses processos. Em seguida a descrição das escolas e dos envolvidos na pesquisa, para enfim, refletir sobre os aspectos e as dificuldades da concretização de uma escola especial/inclusiva de qualidade em todos os espaços, sejam eles: social, cultural e econômico na esfera municipal. As considerações finais apontam para a importância da Inclusão e a necessidade da união de família, escola e Estado para que a inclusão efetivamente aconteça, uma vez que a realidade detectada nesse estudo, pela observação das escolas analisadas é de que a integração da criança com deficiência é que vem ocorrendo, sendo a mesma colocada e integrada nas escolas sem o devido e necessário acompanhamento.

Palavras-chave: Inclusão; Integração; direito da criança; Dever do Estado.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como temática a inclusão como direito de todos e dever do estado. Sendo uma pesquisa bibliográfica qualitativa, com levantamento de dados de duas escolas que realizam atendimentos com alunos inclusos em sala de recursos multifuncional no Município de Guarapuava e utilização de entrevistas semiestruturadas com funcionários dessas escolas. Foram realizadas várias consultas sobre o tema para amparar nas discussões aqui propostas, embasadas em autores como: Sasaki (1997), Meirieu (2005), Januzzi (2004), Mazzota (1986) , Pessoti (1984) e documentos oficiais.

Evidenciou-se assim, que o tema a ser estudado é de fundamental importância para o avanço de pesquisas nessa área.

A educação para todos é historicamente marcada pelo descaso de ações governamentais, e a educação inclusiva tratada com pouca prioridade. Recentemente é considerada entre os direitos sociais e há lutas para que seja colocada em prática de forma efetiva. Nas palavras de MEIRIEU(2005) uma escola que exclui não é uma escola, e sim uma oficina de formação apática. A escola deve ser uma instituição aberta a todos.

Sabe-se que a inclusão é um tema amplo, podendo ser trabalhada em variados aspectos como: inclusão social, cultural, econômico, entre outros. Porém, este estudo debruça-se sobre a inclusão das pessoas com deficiência, sendo elas: intelectual, auditiva, visual, física ou psicomotora.

Muitos são os debates sobre que terminologia a ser usada para o tratamento das pessoas que têm alguma deficiência: Portador de Necessidades Especiais (PNE), Portador de Deficiência, Pessoas Especiais, Pessoas Deficientes, Pessoas com Deficiência, entre outras. Para esta pesquisa utiliza-se o termo pessoa com deficiência por acreditar, assim como Sasaki (1997), que a deficiência é uma condição e está na pessoa, faz parte dela e não algo que ela porta.

Considerar a inclusão como necessária e fundamental ao desenvolvimento da criança torna o assunto de vital importância para ser pesquisado, contando para essa análise com as contribuições de autores que têm o tema como objeto de pesquisa, com as informações dos funcionários atuantes nas escolas e também com os dados apresentados pelas escolas e pelas famílias por meio de entrevistas semi-estruturadas e dados registrados em documentos escolares.

Assim, iniciou-se o artigo resgatando o processo histórico de atendimento à pessoa com deficiência, sendo esse um período marcado por segregação e tentativas de práticas integradoras. É visto que, atualmente, ainda há muitos mecanismos de integração que diferem da inclusão. O conceito de integrar está no fato da pessoa se modificar para ser colocada no mesmo patamar dos demais indivíduos da sociedade. Já o processo de inclusão, envolve algo muito maior, pois, é a sociedade que tem que se adaptar para que as pessoas façam parte. Este artigo aborda como se dá essa inclusão, considerando que as escolas devem se tornar inclusivas para receberem os educandos com deficiência.

No segundo momento do artigo, o assunto está focado nas tendências atuais da educação inclusiva, partindo das leis que regem a inclusão das pessoas com deficiência, tendo como base autores, que na atualidade lutam para que as escolas

sejam cada vez mais inclusivas, sendo esses: Sasaki (1997), Meirieu (2005), Januzzi (2004), Mazzota (1986), Pessoti (1984) e documentos oficiais. Com base nas discussões, foi realizada a caracterização das duas escolas escolhidas para a pesquisa: onde está inserida, clientela, estrutura física e perfil dos profissionais, bem como a quantificação dos alunos inclusos nas mesmas.

Nesse sentido, as questões norteadoras que suscitam este estudo são: Será que a educação inclusiva realmente está acontecendo em todas as escolas independentes da condição social do público atendido? As escolas pesquisadas desempenham sua função social perante aos menos favorecidos?

2 REVISÃO DE LITERATURA

Questões ligadas ao processo de inclusão sempre suscitam dúvidas e diferenças entre pessoas, sejam elas pesquisadores, profissionais da educação ou mesmo àquelas não ligadas ao meio. Nesse sentido, Ainscow (1999, p.25) *apud* Revista de Educação Especial (2005) nos ajuda a compreender a diferença entre inclusão e integração:

...tem-se utilizado a palavra integração para descrever processos mediante os quais as crianças recebem apoio com o propósito de poder participar dos programas existentes, programas esses em grande parte sem modificações nos colégios; ao contrário, a inclusão sugere um desejo de reestruturação do programa para que possa responder à diversidade dos educandos. (AISCOW, 1999, p. 25)

Nas palavras do autor, percebe-se que a integração seria de maior alcance tendo em vista que bastaria inserir as crianças que necessitassem de apoio, nos programas já existentes. Já o contrário seria esperado para a inclusão que, na prática exigirá reestruturação do sistema de maneira a atender a diversidade dos educandos. Essas dificuldades e experiências podem ser verificadas no Histórico do atendimento a pessoa com deficiência.

2.1 Histórico do atendimento da pessoa com deficiência

A evolução humana é marcada por períodos nos quais se pode dizer que nem todos os homens eram iguais. Na idade primitiva o essencial para a sobrevivência era a força e a agilidade. Nesse sentido, os mais fracos e que não eram eficientes

pereciam, e poucos sobreviviam. Não se encontra dessa época nenhum registro com a questão de cuidado ou preocupação com o desenvolvimento de pessoas com algum tipo de deficiência. (GUGEL, 2007). Pode-se notar que o que prevalecia nessa época era o individualismo e não havia nenhuma preocupação se o outro era ou não diferente, pois, cada um tinha que buscar por si mesmo a sua sobrevivência.

Fazendo uma retomada histórica da situação da pessoa com deficiência e sua relação com a humanidade, encontramos registros de que país como o Egito, considerado a terra dos cegos, as pessoas com deficiência tinham acesso ao trabalho e viviam em diferentes classes sociais. Já na Grécia, as crianças que nasciam com deficiência eram abandonadas e jogadas em apriscos ou eliminadas em exposição pública. Platão aconselhava os intelectuais da época a buscarem casamento entre os melhores cidadãos para se evitar que nascesse criança com alguma deformidade, considerando assim que a característica da sociedade da época era o homem ser belo, forte e destemido (GUGEL, 2007). Observa-se que nessa época é predominante o preconceito com o ser humano diferente, havendo uma distinção entre os melhores e os piores, sendo os piores as pessoas com deficiências e aqueles com baixo poder aquisitivo, esses permanecendo à margem da sociedade.

Em Roma, os pais podiam matar as crianças que nasciam com deformidades físicas pela prática de afogamento, as que não passavam por essa prática e sobreviviam viviam nas ruas pedindo esmolas, ou eram exploradas nos circos onde divertiam as pessoas mais abastadas. Em Roma, as pessoas com deficiências começaram a ser vistas com outro olhar quando das conquistas romanas, pois muitos soldados voltavam das guerras mutilados e assim iniciaram-se os primeiros atendimentos hospitalares (GUGEL, 2007). Assim, nota-se que os primeiros cuidados acontecem com pessoas que adquiriram a deficiência no decorrer de sua vida, porque lutavam pela sociedade da época, provavelmente esses não eram marginalizados, pois eram tidos como heróis, já as pessoas com deficiência congênitas continuavam sendo tratadas como inválidos.

Com o nascimento do cristianismo as pessoas menos favorecidas foram acolhidas por essa doutrina que era voltada para a caridade e o amor, surgindo no século XV hospitais de caridade que abrigavam indigentes e pessoas com deficiências. Na idade média as condições de vida das pessoas eram muito precárias, e as pessoas mais ignorantes viam o nascimento de uma criança com

deficiência como um castigo de Deus. Já para os supersticiosos, era como se esses fossem feiticeiros ou bruxos. Nessa época, foi criado o primeiro hospital para pessoas cegas devido ao retorno dos soldados da sétima cruzada que tiveram seus olhos furados na batalha (ALBUQUERQUE, 2008). A influência da igreja na sociedade tem seu lado positivo e negativo, pois, por meio de seu papel de imposição nas crenças leva as pessoas a discriminar, é visto isso na América quando apoia a escravidão, dizendo que os negros são pessoas sem almas e por isso poderiam ser explorados. Tem seu lado positivo, pois foi dessa instituição que surgiram as primeiras casas de auxílio, acolhendo as pessoas com deficiência que viviam sem perspectiva de tratamentos humanizados. Não é necessário entrar em detalhes sobre o tipo de tratamento oferecido, pois, acredita-se não ser o mais recomendado, mas era o único com o qual as pessoas com deficiência poderiam contar.

No século XVI, Gerolamo Cardano inventou um código para que pessoas surdas conseguissem ler e escrever, desenvolvendo assim um método educativo para as pessoas com deficiência auditiva, contrariando a crença da sociedade da época que não acreditava que tais pessoas pudessem ser educadas. A partir daí, novos precursores surgiram como Pedro Ponce de Leon que criou um método de sinais, John Bulwer que defendeu a leitura labial, Juan Pablo Bonet que escreveu sobre as causas da deficiência auditiva e demonstrou pela primeira vez o alfabeto de sinais, conhecido atualmente como LIBRAS, na área de deficiência física o médico Ambroise Paré contribuiu para a criação de prótese (GUGEL, 2007).

Assim, nos séculos XVII e XVIII houve algum desenvolvimento do atendimento das pessoas com deficiências em hospitais com assistência de especialistas para cegos, surdos e mutilados. Já as pessoas com deficiência mental, eram tratadas com violência, e esses viviam acorrentados. Nessa época, o pensamento era voltado pela necessidade de atenção especializada e não apenas de abrigos ou hospitais, iniciaram-se estudos voltados para cada tipo de deficiência. Aumentaram os orfanatos, asilos e lares para crianças, e os deficientes começaram a ser vistos como pessoas que podiam ser reabilitadas. Ao ganharem status de 'humanos', as pessoas com deficiências estavam salvas do abandono. E com o avanço da medicina tornou-se possível "cuidar" de maneira mais organizada dos membros menos capazes da sociedade, mesmo assim o deficiente continuava a ser estigmatizado como improdutivo e havia muitos outros rótulos sendo muito

depreciado por todos os ditos “normais”. A sociedade o considerava sem função social, por isso ele continuava sendo excluído, eliminado de qualquer interação social. Até o século XIX a visão de deficiência estava associada à questão da incapacidade, de dependência e inutilidade. A eliminação e o abandono continuavam a ser comuns para a sociedade da época. (PESSOTTI, 1984).

A preocupação com os deficientes no Brasil se iniciou no fim do século XVIII e início do século XIX, quando após a independência, reuniram-se vários profissionais como professores, médicos e soldados para debater sobre o tema. Um pouco antes, no século XVII, o atendimento quase não existia e as pessoas com deficiência, geralmente, eram abandonadas em lugares afastados e precários, sendo muitos deficientes físicos e mentais podendo ser devorados por animais ou mutilados, quando não morriam antes de fome, sede ou frio. A constituição de 1824 privava o direito político ao incapacitado moral ou físico, assim, a sociedade era protegida judicialmente não podendo as pessoas deficientes participarem da mesma. Nesse mesmo período, religiosas chegam das províncias para cuidar das crianças e deficientes, assim é vista alguma possibilidade desses serem melhor cuidados e poderem receber alguma educação. Seguindo o movimento europeu, no Brasil, foi criado o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, hoje Instituto Benjamin Constant e logo em seguida o Imperial Instituto de Surdos e Mudos, atualmente o Instituto Nacional de Educação dos Surdos. (GUGEL, 2004)

Nesse período, houve um aperfeiçoamento tecnológico em relação ao atendimento à pessoa com deficiência e na Europa ocorreram reformas educacionais. Havia a preocupação com a forma como eram atendidas as pessoas com deficiências, e a necessidade de participação de integração dessas na sociedade. Nos Estados Unidos, as escolas residenciais foram consideradas impróprias para o atendimento da pessoa com deficiência, muitas críticas a esse modelo de institucionalização ocorreram como: a condição precária dos prédios, a falta de higiene, falta de preparo do pessoal, tratamento em massa, isolamento da sociedade, foram alguns termos para o fechamento desses locais. O fato é que não havia interesse sócio-político-econômico de gastar com a população segregada e improdutiva. (GUGEL, 2007)

A preocupação durou até a primeira guerra mundial, quando os países ficaram no caos, e as mulheres precisavam trabalhar para seus maridos irem para a guerra e as crianças com deficiência ficavam em abrigos. O desafio era aumentar o

desenvolvimento de procedimentos para a reabilitação dos combatentes feridos, e aí surgem várias organizações governamentais e não governamentais ao longo do século XX. (GUGEL, 2007). Novamente, nota-se a preocupação com os “heróis da guerra”, e os olhos se voltam para a questão da deficiência, prioritariamente a física. Os demais aguardam um olhar da sociedade para a igualdade.

A segunda Guerra Mundial deixou inúmeras sequelas, precisando o mundo se reorganizar, assim com a Carta das Nações Unidas criou-se a ONU visando solucionar os problemas que assolavam o mundo. Assim, é feita a Declaração Universal dos Direitos Humanos, fazendo menção à pessoa com deficiência no artigo vinte e cinco, designando-a como “inválida”, mas foi a partir daí que as instituições para as pessoas deficientes se consolidaram em todos os países, buscando a integração social e assistência técnica especializada. (GUGEL 2007, ALBUQUERQUE 2008).

Em 1905, no Rio de Janeiro, foi criada a Sociedade Pestalozzi, um instituto particular para atender deficientes mentais. Nesse período a pessoa com deficiência ainda era concebida como improdutiva e, em 1954, foi criada a APAE, a fim de ensinar ofícios aos educandos. Em 1960, já haviam clínicas preocupadas com a questão educacional, o objetivo era a habilitação do educando para a autonomia, tornando-o apto a conduzir sua vida e auxiliar a sua família. (JANNUZZI, 2004). É a partir desse momento que a questão de integrar começa a acontecer e a pessoa com deficiência tem que se moldar para conviver em sociedade.

No período de 1950 a 1970, aconteceram várias campanhas nacionais em favor da educação dos deficientes. Baseado nisso, em 1971, foi criado no Ministério da Educação e Cultura o grupo de tarefa responsável por todas as questões de incluir os deficientes físicos e superdotados, criando consultórios especializados, classes especiais, oficinas e assistência domiciliar, internatos, semi-internatos, associações e fundações educacionais. (MAZZOTTA 1996, JANNUZZI 2004). Essas são várias tentativas de integração dos “diferentes” na sociedade, sempre voltadas para atendimentos especializados e segregadores.

Na Lei 4024 de 1961, discutiam-se direitos aos excepcionais, mas não ficava claro em que tipo de instituição eles seriam inseridos. A Constituição Federal de 1988 reafirmou a educação como direito a todos, a fim de garantir a integração e apoio às pessoas com deficiências. Foi decretada, em 1989, a lei que assegurava a esses o pleno exercício dos direitos básicos, citando prioritariamente a educação,

saúde, trabalho e lazer (MAZZOTTA, 1996). Essa educação como direito de todos, deixava vago em que tipo de instituição as pessoas com deficiência seriam atendidas, muitos nessa época deixaram de ser atendidos pela falta de vagas nas instituições especializadas que eram poucas e ofereciam poucos atendimentos.

Percebe-se assim, que a educação especial foi constituída a partir de modelos médicos e clínicos, sendo os médicos os primeiros a se preocuparem com essas pessoas. Todo o atendimento era realizado pelo viés terapêutico. Houve também tentativa de alfabetização por instituições religiosas, em seguida movimentos das práticas integradoras nas instituições, onde cada deficiência era atendida de forma segregada. Só a partir de 1990, no Brasil, é que começou a luta pela inclusão.

Em 1990, o Brasil participou da Conferência Mundial sobre Educação para todos, em Jomtien, na Tailândia. Os países que participaram lembraram que a educação é direito de todos e de fundamental importância para o desenvolvimento das pessoas e das sociedades. Ao assinar essa declaração, o Brasil assumiu o compromisso de criar instrumentos orientadores para a construção de sistemas educacionais inclusivos. No mesmo ano, foi promulgada a Lei 8.069 – denominada de Estatuto da Criança e Adolescente que em seu artigo terceiro cita que “crianças e adolescentes têm todos os direitos, sendo-lhes asseguradas por lei todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade”. (BRASIL, 1990, art.3).

No Plano Decenal de Educação para Todos, elaborado em 1993, os portadores de deficiência foram citados como clientela merecedora de atenção especial que deveria ser contemplada por uma educação de equidade e qualidade. Durante esse mesmo ano, a Secretaria de Educação Especial elabora um documento de Política Nacional de Educação Especial (PNEE), tendo como intuito principal o atendimento educacional ao educando portador de necessidades especiais.

Em junho de 1994, a Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais foi realizada pela UNESCO, em Salamanca, na Espanha, e teve como objetivo específico a discussão e atenção educacional aos educandos com necessidades educacionais especiais, onde foi declarado: que todas as crianças são indivíduos únicos e têm direito fundamental à educação e a elas devem ser dadas as

mesmas oportunidades para manter um nível aceitável de conhecimentos baseando-se em uma pedagogia centralizada na criança, capaz de atender sua individualidade. Na lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em 1996, os municípios ficaram responsáveis por formalizar a decisão política e desenvolver o caminho necessário para implementar, em seu contexto, a educação inclusiva no âmbito da Educação Infantil e Fundamental (BRASIL, 1996).

Outra manifestação em favor da inclusão foi na convenção da Guatemala, em 1999, onde se debateu sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra as pessoas portadoras de deficiência. Nesse sentido, os estados reafirmaram os direitos humanos onde todos são iguais e para as pessoas portadoras de deficiência não serem discriminados com base em sua deficiência, pois a dignidade e igualdade são inerentes a todo o ser humano. No mesmo ano foi decretada no Brasil a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, e a educação especial foi estabelecida como modalidade de educação escolar sendo a sua oferta obrigatória em todos os estabelecimentos públicos de ensino. Em 2001 foi aprovado o Plano Nacional de Educação cujos objetivos e metas para a educação das pessoas com necessidades educacionais especiais são criadas para tratar do desenvolvimento de programas educacionais nos municípios em parceria com áreas de saúde e assistência sociais. O Plano também cita como metas os padrões mínimos de infraestrutura das escolas para atendimento de educandos com necessidades educacionais especiais, a formação dos professores para atendimento a esses educandos sendo a inicial e continuada, a disponibilização de recursos didáticos especializados de apoio à aprendizagem nas áreas visual e auditiva, do incentivo à realização de recursos e pesquisas relacionadas com as necessidades educacionais dos educandos e um sistema de informações sobre a população a ser atendida pela educação especial (BRASIL, 2001).

Um grande avanço e um marco para a universalização do ensino aconteceu em 2001, com as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, quando se ratificou a obrigatoriedade da matrícula de todos os educandos, assim declarando “Os sistemas de ensino devem matricular todos os educandos, cabendo às escolas organizarem-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos” (BRASIL, 2001, art.4). Assim, a legislação

estabeleceu que todas as escolas devem dispor de vagas a todo educando independente se deficientes ou não.

Assim, nos anos seguintes a tentativa foi de implantar e implementar programas educacionais com destaque para a inclusão, quando as instituições de atendimento foram sendo descentralizadas. No ano de 2008 percebeu-se uma diminuição das escolas de educação especial e das matrículas das mesmas. Visto assim, que os educandos estavam sendo matriculados nas escolas regulares como demonstra os dados do Censo de 2008 e 2009.

Etapa/Modalidade	2008		2009	
	Escolas	Matrículas	Escolas	Matrículas
Educação Especial	6702	319924	5590	252687

Fonte: MEC/ Inep (censo escolar). 2010

Durante os anos seguintes, esses números aumentam, e o crescimento só não é maior pela condição em que as escolas se encontram, pois ainda não estão preparadas para receber educandos com deficiência e na maioria das vezes esses não são inclusos, pois, nas escolas faltam adaptações nas estruturas físicas, no Projeto Político Pedagógico e na Formação Continuada dos professores que não sabem como adaptar seu planejamento para esses alunos. Mesmo com todos esses problemas o governo incentiva as escolas com programas de auxílio para quem recebe educandos com deficiência, e a escola, por sua vez, apenas aceita para integra-los porque a inclusão realmente não acontece, uma vez que para incluir educandos com deficiência implica em atendê-los de forma plena com a escola adaptada às suas necessidades, os professores preparados para esse atendimento e os processos de formação continuada contemplarem essa preparação.

3 METODOLOGIA

O trabalho foi desenvolvido a partir de duas estratégias metodológicas. A primeira delas teve como foco a pesquisa de literatura relacionada ao histórico dos atendimentos à pessoa com deficiência e a conceituação da inclusão. A segunda

estratégia centrou-se na observação e utilização de entrevistas semiestruturadas com os funcionários das escolas participantes.

Foram escolhidas duas escolas municipais do município de Guarapuava, que atendem alunos do 1º ao 5º ano com perfis diferentes, mas que possuem os mesmos atendimentos educacionais e recebem os mesmos projetos e verbas do Governo Municipal e Federal, sendo uma escola com uma excelente estrutura física e outra com estrutura razoável. As duas escolas atendem alunos inclusos e possuem Sala de Recursos Multifuncional.

4 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

As escolas serão chamadas de A e B.

A escola A se localiza próxima à região central do município, o bairro possui variado comércio como: lojas, mercados, farmácia, bancos, posto de saúde e área de lazer. A escola em sua estrutura contém 12 salas de aula, dois laboratórios de informática, uma biblioteca, um refeitório, uma quadra de esportes, três banheiros para os alunos e dois para os professores, uma sala da direção, uma sala da supervisão escolar, uma sala da orientação escolar, uma secretaria, uma sala dos professores, uma sala do Programa Mais Educação e uma sala de Recursos Multifuncional. Atende cerca de 500 alunos entre manhã e tarde, desses 15 alunos possuem laudo de inclusos e cinco participam do Programa Bolsa Família, sendo sete com dificuldades de aprendizagem, cinco com Transtornos de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) que fazem uso de medicamento, um com deficiência intelectual, um cadeirante, um autista. Os alunos recebem atendimento na Sala de Recursos Multifuncional, (exceto o cadeirante porque não possui comprometimento cognitivo), que tem como objetivo apoiar o professor regente desenvolvendo as habilidades dos alunos de forma lúdica e adaptada. O professor da Sala de Recursos Multifuncional - SRM - também realiza a flexibilização curricular nas avaliações. O quadro profissional da escola conta com 45 professores, desses 34 possuem especialização em educação. Segundo a equipe pedagógica da escola, são poucos os casos que necessitam serem encaminhados ao Centro de Atendimento para realização de avaliação psicoeducacional, tendo em vista que a maioria dos pais realiza acompanhamento com o pediatra, e havendo atraso no

desenvolvimento já encaminha para demais providências, seja psicológica, fonoaudiológica, neuropediatra, fisioterapeuta, nutricionista.

Das famílias dos alunos inclusos 10 moram com pai/mãe/irmãos, três moram com a mãe e padrasto e dois apenas com a mãe. Em relação à formação escolar das famílias, dois não concluíram o ensino fundamental, três possuem o ensino fundamental completo, quatro o ensino médio completo e seis o ensino superior. Sobre a vida profissional, cinco mães não trabalham fora, quatro trabalham em indústria, quatro em comércio e duas são funcionárias públicas. Dos pais que moram com as crianças dois são autônomos, três trabalham no comércio, e cinco em indústrias.

Em conversa com os pais sobre a aprendizagem dos filhos, eles demonstraram preocupação em levar os filhos nos atendimentos oferecidos pela escola, dizendo que também tiveram dificuldades na infância e que sabem o que o filho passa quando não consegue entender. Os mesmos pais dizem que sua vida escolar foi longe, porque passaram por muitas reprovações e conseguiram concluir os “estudos” após adultos.

A escola B se localiza em uma região periférica do município, sendo um bairro com pouca infraestrutura, contando com: um mercado, um posto de saúde e um Centro de Referência e Assistência Social (CRAS). A escola possui sete salas de aula, um laboratório de informática, possui espaço para biblioteca, porém, este espaço é utilizado como depósito. Possui um refeitório, dois banheiros para os alunos, um banheiro para os professores, uma sala de recursos multifuncional, uma sala de direção, uma sala de supervisão, uma sala de orientação, uma sala de professores, e uma secretaria. Atende cerca de 300 alunos e possui 22 alunos inclusos com laudo médico, desses 20 fazem parte do programa bolsa família, cinco com deficiência intelectual, seis com dificuldades de aprendizagens, cinco com Transtorno de Déficit de Atenção, dois com Transtorno de Conduta, dois Autistas, esses sendo atendidos na sala de recursos da escola e dois com baixa visão que são atendidos no Centro de Atendimento Educacional ao Deficiente Visual (CAEDV). Segundo a equipe pedagógica da escola, além dos alunos citados e reconhecidos como inclusos, existem muitos alunos que recebem atendimento fonoaudiológico e psicológico. Alunos que são medicados e que não necessitam de atendimento na Sala de Recursos Multifuncional (SRM). Também há uma lista de alunos aguardando

para avaliação psicoeducacional que é realizado pelo Centro de Atendimento Educacional Especializado do município.

Em relação à família dos alunos inclusos, 8 crianças moram com o pai/mãe/irmãos, 5 crianças moram com mãe/padrasto/irmãos, 7 crianças moram com a mãe, 1 criança mora com a avó e 1 criança mora com a tia. A formação escolar dos familiares: três são analfabetos, doze não concluíram o ensino fundamental e seis possuem o ensino fundamental completo; quatro concluíram o ensino médio. Quanto ao aspecto profissional: seis mães não trabalham, sete trabalham alguns dias da semana de doméstica, três trabalham em indústria, três trabalham no comércio. Com relação aos pais: três deles estão desempregados, quatro trabalham como autônomos e um trabalha na indústria.

Em conversa com os pais sobre a aprendizagem dos filhos, eles justificam dizendo que “era assim”, “não aprendia também”, “não precisei disso”, “ele é preguiçoso”. Os mesmos pais relatam que não concluíram o ensino fundamental, porque não aprendiam e precisavam trabalhar para ajudar seus pais e não havia uma preocupação sobre a evasão escolar.

4.1 Análise de informações

Com base nas informações coletadas pode-se observar que as duas escolas oferecem o mesmo tipo de atendimento aos alunos inclusos, porém a escola “A” possui uma melhor estrutura física, bem como, as famílias se mostram assíduas à escola sempre que se faz necessária a participação, ou seja, os pais estão sempre presentes na escola e nos atendimentos necessários aos alunos, sendo pais esclarecidos e de situação econômica mais favorecida.

Já na escola “B” apesar da estrutura física precária, os profissionais envolvidos realizam um trabalho social, esclarecendo os pais quanto aos direitos, indicando o quê e onde devem buscar auxílio. Muitas vezes a escola leva os pais nos atendimentos e consultas para que os alunos não percam, pois os pais esquecem e não demonstram entender a importância do atendimento para os filhos.

Nesse sentido, percebe-se que as duas escolas cumprem seu papel social, conhecem o contexto em que vivem os alunos e se preocupam com o processo de desenvolvimento intelectual e cultural dos mesmos. Salieta-se que a escola “B” tem maiores necessidades perante a comunidade em que atua em termos de estrutura

física e possui menores condições de oferecer os atendimentos necessários devido à dificuldade da participação da família na escola.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação inclusiva é de grande importância e necessita de atenção por parte da sociedade em geral, pois as pessoas com deficiência buscam apenas o cumprimento de direitos, uma educação de qualidade voltada para sua especificidade.

Para que a inclusão realmente aconteça é necessário que escola e família caminhem juntas em busca de atingirem os mesmos objetivos e que o Estado ofereça condições para que isso ocorra.

Embora os últimos anos tenham sido promissores para a educação inclusiva, ainda há muito que percorrer para se chegar ao ideal, ou necessário. A academia a muito se preocupa com a questão da inclusão, tanto que muitas são as publicações na área, e, esse interesse e preocupação faz com que sejam oferecidos à sociedade dados variados sobre os avanços e dificuldades enfrentados pelo sistema e as lutas que acontecem para a efetivação da inclusão nas escolas. Mas, o que tem ocorrido não é inclusão nas escolas e sim integração, uma vez que as pessoas com deficiência são colocadas e lá permanecem muitas vezes frustradas por não receberem um atendimento adequado, tendo que se equipararem aos demais na realização das atividades, não sendo respeitada sua especificidade.

A construção de escolas realmente inclusivas como colocado neste texto, é possível, desde que sejam estabelecidas políticas que levem em conta a realidade da escola, com estruturas físicas e materiais didáticos adequados em todos os níveis de ensino e que essas instituições sejam claramente dinâmicas voltadas para a cidadania, demonstrando a valorização e o respeito pelas diferenças de seus educandos.

Assim, o desafio deixado com esse artigo se faz na perspectiva de abrir o leque de informações voltadas para a questão da inclusão e da importância da escola e família buscarem os mesmos objetivos educacionais para que a educação seja realmente de qualidade para todos, com o aparato do Estado à disposição para que a verdadeira inclusão aconteça.

Voltando às questões norteadoras que suscitaram esse artigo: a educação inclusiva realmente está acontecendo em todas as escolas independentes da condição social do público atendido? A resposta a essa questão é de que a integração da criança acontece e não a inclusão como apregoada pelos documentos oficiais, pois, como visto a inclusão é a inserção total e incondicional das crianças com deficiência em termos de atendimento e estrutura física, enquanto que a integração é o atendimento parcial das necessidades. As escolas pesquisadas desempenham sua função social perante aos menos favorecidos, com determinadas restrições, especialmente àquelas ligadas à educação inclusiva, tendo muito a avançar nessas questões.

REFERÊNCIAS

AINSCOW, M. **Tendiéndoles la mano a todos los alumnos**: algunos retos y oportunidades. En M. A. Verdugo Alonso y F. Jordán de Urríes Vega (Coord.): Hacia una nueva concepción de la discapacidad. Salamanca: Amarú Ediciones, 1999. Apud Revista Brasileira de Educação Especial. Inclusão. 2005. Disponível em: <<http://www.ebah.com.br/revista-inclusão>>. Acesso em 28 de junho de 2011.

ALBUQUERQUE, R. A. **Educação e inclusão escolar**: a prática pedagógica da sala de recursos de 5 á 8 anos.2008. Dissertação (Mestrado em Educação).Universidade Estadual de Maringá- UEM. Maringá, 2008.

BRASIL. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-LDB**. Brasília, DF, 20 dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/l9394.htm>. Acesso em: 02 de abril 2011.

_____. Lei nº 10.172 de 09/01/2001. **Estabelece o Plano Nacional de Educação**. Diário oficial, Brasília, DF, 10 de jan 2001. Disponível em: <[HTTP://www.mec.gov.br](http://www.mec.gov.br)> Acesso em: 21 de abril 2011.

_____. INEP. **Censo Escolar**, 2008 a. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/basica/censo/default.asp> >. Acesso em: 15 de abril de 2011.

GUGEL, M. A. **Pessoa com Deficiência e o Direito ao Trabalho**: Reserva de Cargos em Empresas, Emprego Apoiado - Florianópolis: Obra Jurídica, 2007.

JANNUZZI, G. S. de Martino. **A educação do deficiente no Brasil**: dos primórdios ao início do século XXI. Campinas, SP: Autores associados, 2004.

MAZZOTA, M. J.S. **Educação Especial no Brasil**: História e Políticas Públicas. São Paulo. Cortez, 1996.

MEIRIEU, P. **O cotidiano da escola e da sala de aula**: o fazer e o compreender. Porto Alegre: Artmed. 2005.

PESSOTI, I. **Deficiência mental**: da superstição à ciência. São Paulo: EDUSP, 1984.

SASSAKI, R. Ki. Inclusão: **Construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.